

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BANORTE-LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, as partes, devidamente representadas na forma de seus respectivos atos constitutivos:

BANORTE LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A., com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Cauaxi, nº 329, inscrita no C.G.C./M.F. sob o nº 34.260.158/0001-12, doravante denominada simplesmente **EMISSIONORA** e, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, doravante assim denominado **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 1155 - grupo 1301, inscrita no C.G.C./M.F. sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, vêm emitir debêntures, não conversíveis em ações, da **EMISSIONORA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. DA AUTORIZAÇÃO

A emissão das debêntures, de que trata a presente Escritura, foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSIONORA**, realizada em 01 de junho de 1995.

II. DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- a. será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- b. a Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- c. a presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri.

III. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document. On the right, there is a stamp that reads "Pública" and "Cartório".

01. Forma de Colocação:

O lançamento será público, através de intermediação de instituições financeiras habilitadas, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33, da Instrução CVM nº 13/80.

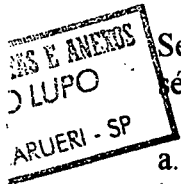
02. Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, a data da emissão das debêntures em todas as séries será 01 de julho de 1995.

03. Valor da Emissão:

O montante total da emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

04. Quantidade de Debêntures e Número de Séries:



Serão no total emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, divididas em 02 (duas) séries, a saber:

- a. 1ª série 10.000 debêntures;
- b. 2ª série 10.000 debêntures.

05. Prazo e Data de Vencimento:

As debêntures terão os seguintes prazos e vencimentos:

- a. 1ª série: 25 meses, a contar da data de emissão, com vencimento em 01/08/97.
- b. 2ª série: 27 meses, a contar da data de emissão, com vencimento em 01/10/97.

06. Valor Nominal:

As debêntures, de todas as séries, terão valor nominal unitário de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), na data de emissão.

07. Forma:

As debêntures, de todas as séries, serão nominativas, não endossáveis.

08. Negociação:

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

Porta
Carolina

09. Espécie:

As debêntures de todas as séries serão da espécie subordinada. ✓

10. Preço de Subscrição e Integralização:

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, acrescidos da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio a partir da data de emissão, até a data da integralização. A integralização será à vista, no ato da subscrição. ✓

11. Base de Remuneração:

A base de remuneração das debêntures da presente emissão será o valor nominal definido no item 6, acrescido, a partir da data da emissão, da variação acumulada da Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta escritura. ✓

NOTAS E ANEXOS
ALDO LUPO
Oficial
DE BARUERI

11.1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias; ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pró-rata-temporis" da TR do mês.

11.2. Caso se alterem os critérios de cálculos da TR, as novas regras ou aludidas alterações, serão, desde logo, automaticamente aplicáveis à presente emissão. ✓

11.3. Na hipótese de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não puder ser utilizada nas emissões de debêntures, a EMISSORA se obriga a adotar, como base de remuneração, o índice que vier a ser utilizado para a atualização dos contratos de arrendamento mercantil. ✓

12. Juros Remuneratórios:

As debêntures de todas as séries, serão conferidos juros fixos, à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis conforme previsto no item 14.

13. Prêmio:

As debêntures, objeto desta Emissão, farão jus ao recebimento de um Prêmio, equivalente ao percentual de 6% (seis por cento) ao ano, a ser acrescido linearmente aos juros remuneratórios, perfazendo uma remuneração anual de 18% (dezoito por cento), aplicada sobre o valor nominal das debêntures, acrescido da base de remuneração das debêntures, prevista no item 11 supra. Este prêmio, acrescido aos juros remuneratórios, previstos no item 12 supra, será devido mensalmente, coincidindo com o pagamento das amortizações das debêntures e demais obrigações pecuniárias incidentes sobre as debêntures, conforme item 14 abaixo.

[Handwritten signatures and stamps]
Fátima
Carvalho

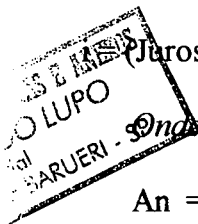
14. Amortização Programada:

A amortização e demais obrigações pecuniárias de todas as séries previstas nesta Escritura, serão pagas no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, sendo o primeiro pagamento para a 1ª série em 01/09/95, e, para a 2ª série, em 01/11/95, sendo efetuado segundo a seguinte fórmula:

$$An = Ve \times Amn \times (1+i)^c \times \frac{i}{1-(1+i)^{-24}};]$$

$$Jn = An - Pn;$$

$$Pn = \frac{An}{(1+i)^{25-n}}$$


$$(Juros remuneratórios \% + Prêmio \% + 1)^{\frac{1}{12}} - 1$$

An = Valor do pagamento mensal, incluindo a amortização, juros remuneratórios e prêmio, atualizados pela base de remuneração;

Ve = Valor nominal unitário na data da emissão;

Amn = Variação da TR referente ao mês de ordem "n", calculada pela variação acumulada da TR da data de emissão, até o vencimento da amortização;

c = Número de meses decorridos entre a emissão e a primeira amortização, sendo 1 para a 1ª série e 3 para a 2ª série;

Jn = Valor dos juros remuneratórios e prêmio pagos na enésima amortização;

Pn = Valor da amortização de ordem "n";

n = Número de ordem da amortização.

15. Juros Moratórios:

Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora em qualquer pagamento e/ou amortização previstos nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das obrigações pecuniárias nesta prevista, bem como aplicação da base de remuneração incidentes sobre tais valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:

Sem prejuízo ao disposto no item 15 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, nas datas previstas neste Instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

17. Resgate Antecipado Facultativo:

A **EMISSORA** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo valor nominal amortizado, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debênturistas, com antecedência, mínima, de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese, mediante sorteio.

18. Aquisição Facultativa:

A **EMISSORA**, poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal amortizado, observando o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55, da Lei nº 6.404/76.

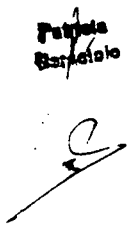
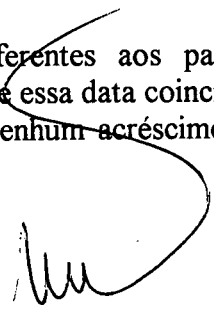
PARÁGRAFO ÚNICO: Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures, serão atribuídos, pela **EMISSORA**, aos portadores dos títulos.

19. Local do Pagamento:

Os pagamentos referentes às amortizações das debêntures, objeto desta emissão, juros remuneratórios e prêmio, acrescidos da base de remuneração, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

20. Prorrogação dos Prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos, referentes aos pagamentos de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.



Paula
Barcellos

21. Publicidade:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação na Cidade de São Paulo.

22. Vencimento Antecipado:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão, e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA**, do valor nominal acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, deduzidas as amortizações ocorridas, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos:

a. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;

b. pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil;

c. falta de cumprimento pela **EMISSORA**, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

d. vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, previstas na presente Escritura de Emissão.

Na ocorrência do vencimento antecipado, a **EMISSORA** se obriga a efetuar o pagamento de todas as suas obrigações em até 10 (dez) dias úteis a partir da comunicação por escrito à **EMISSORA** através de carta protocolada.

23. Inconvertibilidade:

As debêntures da presente emissão não serão conversíveis em ações representativas do Capital Social da **EMISSORA**.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

a. dentro de no máximo 60 (sessenta) dias, após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

b. dentro de no máximo 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;

c. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos nesta instrução;

d. imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202, da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30(trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, atualizado pela base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, relativos às debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no Artigo 176, da lei nº 6.404/76.

5. Manter, em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSIONA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão, objeto da presente Escritura, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, retro-qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da Lei, representar perante ela, **EMISSIONA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado na presente Escritura, declara:

a. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e o Artigo 9º, da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é ocupada;

b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c. aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;

d. não ter qualquer ligação com a **EMISSORA**, que o impeça de exercer plenamente suas funções.

2. Remuneração:

PO
VERI - S
Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

a. 01 parcela de R\$.2.000,00 (dois mil reais) paga 5 dias úteis após a data da assinatura da Escritura de Emissão, a título de implantação dos serviços;

b. 2 (duas) parcelas no valor de R\$.7.000,00 (sete mil reais) cada, sendo que a primeira parcela terá o seu vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente aquele da obtenção do registro da emissão, junto à CVM e, a segunda parcela no primeiro dia útil do mês de agosto do ano de 1.996;

c. A segunda parcela, referida na letra "b" anterior, será reajustada pela variação acumulada do IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor em real), ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da presente emissão, a partir de 01.08.95 até a data de pagamento, calculada "pro-rata" dia, se necessário ou, se paga após o vencimento, mediante a utilização do IPC-r do mês anterior;

d. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**;

e. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As

eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

f. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

g. As parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. SUBSTITUIÇÃO

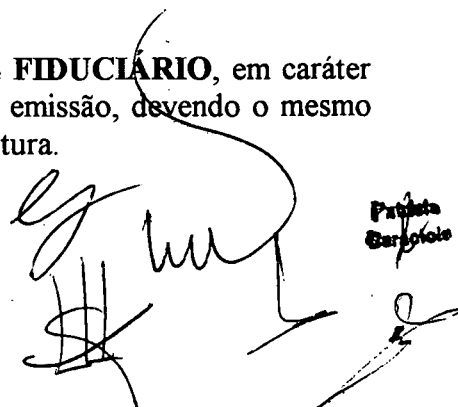
Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocado pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a **EMISSORA** efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação, acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º, da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

PARÁGRAFO QUARTO - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis, juntamente com a Escritura.

The bottom right of the page contains several handwritten signatures in black ink. To the right of these signatures is a rectangular stamp with the text "Pádua" and "Barbosa" visible, though partially obscured by the ink.

PARÁGRAFO QUINTO - O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções, a partir da data da assinatura da presente escritura, ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

PARÁGRAFO SEXTO - Aplicam-se às hipóteses de substituição ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos baixados pela CVM.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo, da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse, ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e. promover, nos competentes Órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões, ou inverdades, constantes de tais informações;

g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública, do Foro da sede da **EMISSORA**;

i. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;

j. convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Órgãos de imprensa, nos quais a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;

k. comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l. elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

l.1. eventual omissão, ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento, ou atraso, na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;

l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

l.4. posição de distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

l.5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;

l.6. constituição e aplicação no Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;

l.7. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;

l.8. relação dos bens e valores entregues à sua administração;

l.9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento; e

l.10. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

m. colocar o relatório, de que trata o item anterior, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

m.1. na sede da **EMISSORA**;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are several signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp with the text "Patente Comercial" and a signature over it.

m.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
m.3. na CVM;

m.4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

m.5. nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

- n. publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição, nos locais indicados nos sub-itens, do item "m", acima;
- o. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA** e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;
- p. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá, aos interessados, maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

RECIBO
DE PAGAMENTO
Nº 1.587
DE 12/05/2011
VALOR: R\$ 1.587,00
PAGADOR: EMISSORA
RECEBIDA EM: SP
CVM;

r.2. às Bolsas de Valores, quando for o caso;

r.3. ao Banco Central, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos do item 4;
- b. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**; e

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item (a), acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade, pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a) a (c), do "caput" desta cláusula, se a assembléia dos debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos portadores dos títulos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

a. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b. extração de certidões;

c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

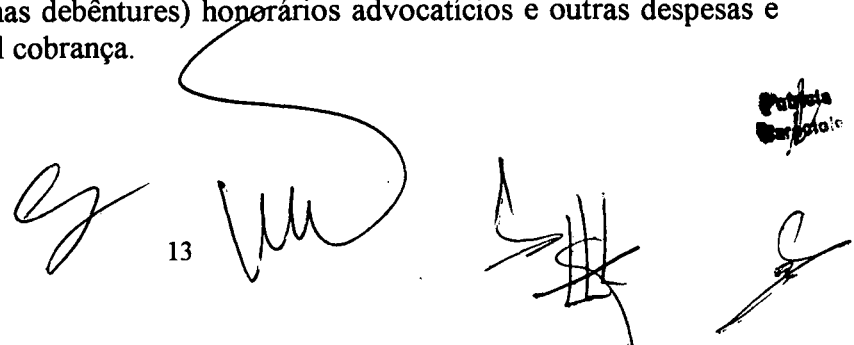
d. eventuais levantamentos adicionais e especiais, ou periciais, que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Se qualquer quantia devida aos debenturistas, em virtude desta Escritura, for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI. DA RENÚNCIA

13

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures, there is a circular stamp with the text "Pública" and "Carimbo" visible. The page number "13" is printed in the center, below the signatures.

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura, sendo o não-exercício de qualquer direito considerado como mera liberalidade, não se constituindo, ainda, novação.

VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures, de que trata esta escritura, poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes, ou àquele que for designado pela CVM.

Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

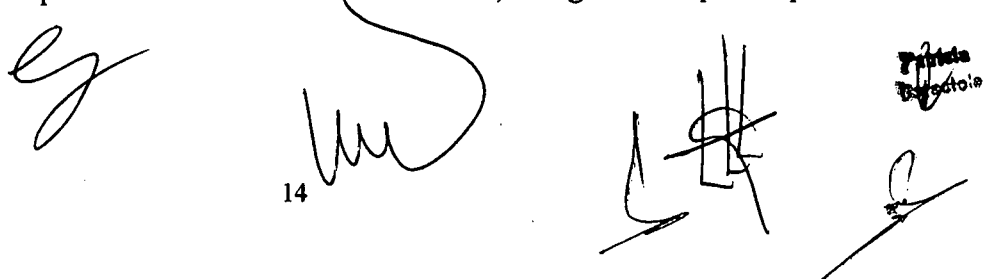
Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições, previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Para efeito da constituição do **quorum** a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures, aquelas que a **EMISSORA** possuir em carteira.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo o não preenchimento dos requisitos relacionados na cláusula II, obrigando as partes por si e seus sucessores.

14

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures, there is a circular stamp with the text "Pública" and "14/05/2019" visible. The page number "14" is printed below the signatures.

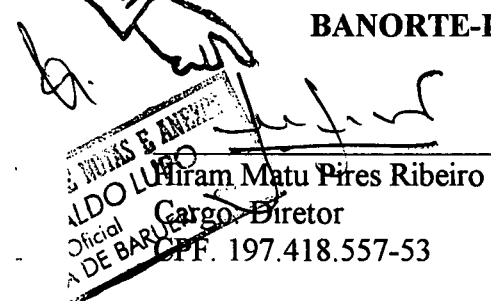
“ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BANORTE-LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.”

Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura.

Estando assim, certos e ajustados, firmam esta Escritura a **EMISSORA** e, na qualidade de interveniente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em 04 vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Barueri 28 de junho de 1995

BANORTE-LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A


Aldo Lugo
Cargo: Diretor
CPF. 197.418.557-53


Heleno Ventura Torres
Cargo: Diretor
CPF. 018.054.364-49

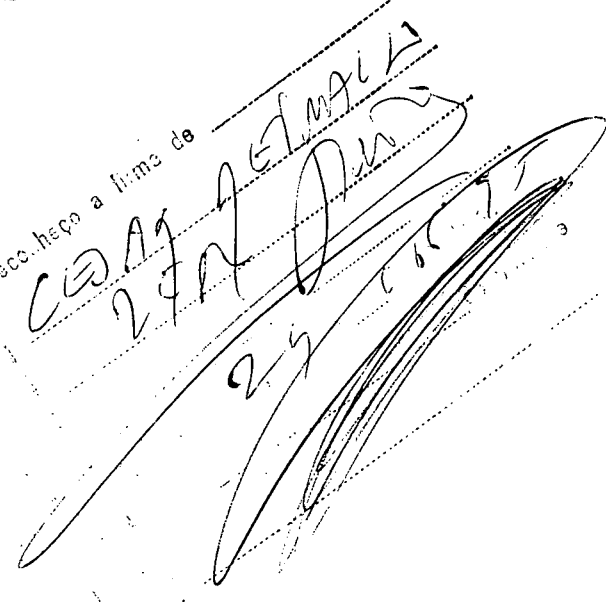

OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Cargo: Diretor
CPF. 371.893.797-20

TESTEMUNHAS:

1. 

2. 

Recebo a firma de

27/06/95